

Atlas Brasil Energia Holding 7 S.A.

(Em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de
2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, Atlas Brasil Energia Holding 7 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.S. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 31 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Atlas Brasil Energia Holding 7 S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Brasil Energia Holding 7 S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Atlas Brasil Energia Holding 7 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo Imobilizado

Veja as notas 06 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Ativo imobilizado no montante de R\$1.767.698 mil, conforme divulgado na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Os ativos imobilizados das controladas da Companhia referem-se principalmente a instalações, máquinas, equipamentos e demais bens utilizados na geração de energia elétrica. O reconhecimento desses ativos é efetuado com base nos custos incorridos para sua aquisição ou construção, incluindo gastos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na condição e localização necessárias para que possam operar da forma pretendida pela Administração.</p> <p>Este assunto foi considerado significativo pois o saldo de ativo imobilizado é relevante para as demonstrações financeiras consolidadas, considerando a relevância e representatividade dos ativos imobilizados nas referidas demonstrações financeiras consolidadas. A contabilização requer julgamentos para assegurar que apenas custos diretamente atribuíveis ao imobilizado sejam capitalizados e que a apropriação por competência esteja adequada.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação das políticas contábeis adotadas pelas controladas da Companhia no reconhecimento do ativo imobilizado;• Reconciliação das movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício.• Realização de procedimentos, em base amostral, para análise quantitativa e qualitativa das adições capitalizadas aos ativos imobilizados. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento dos ativos imobilizados, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Balancos Patrimoniais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Caixa e equivalente de caixa	8	511	1	39.325	114.720	Fornecedores	14	2	8	110.076	84.583
Contas a receber	9	-	-	8.456	-	Obrigações fiscais		-	-	2.476	1.163
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2	-	4.774	134	Imposto de renda e contribuição social	20	-	-	402	55
Impostos a recuperar		-	-	4.599	709	Tributos diferidos	22	-	-	-	5.292
Instrumentos derivativos ativos	22	-	-	-	31.364	Financiamentos	15	-	-	44.760	-
Adiantamento a fornecedores	10	-	-	6.995	-	Derivativos a pagar	22	-	-	1.241	-
Despesas antecipadas		1	-	5.547	-	Outras contas a pagar	14	1	23	2.060	2.702
Total do ativo circulante		514	1	69.696	146.927	Total do passivo circulante		3	31	161.015	93.795
Instrumentos derivativos ativos		-	-	-	1.062	Financiamentos	15	-	-	904.898	-
Tributos diferidos	22	-	-	422	-	Debentures	15	-	-	564.044	202.449
Investimentos	11	210.586	80.405	-	-	Tributos diferidos	22	-	-	-	5.733
Imobilizado em andamento	12	-	-	1.767.698	227.401	Outras contas a pagar	14	-	-	-	4.804
Intangível	13	-	-	12.066	11.766	Total do passivo não circulante		-	-	1.468.942	212.986
Total do ativo não circulante		210.586	80.405	1.780.186	240.229	Patrimônio líquido	16				
						Capital social		238.016	60.349	238.016	60.349
						Reserva de hedge		(819)	21.401	(819)	21.401
						Prejuízos acumulados		(26.100)	(1.375)	(26.100)	(1.375)
						Participação de não controladores		-	-	8.828	-
						Total do patrimônio líquido		211.097	80.375	219.925	80.375
Total do ativo		211.100	80.406	1.849.882	387.156	Total do passivo e patrimônio líquido		211.100	80.406	1.849.882	387.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	17	-	-	8.147	-
Custos de operação	18	-	-	(663)	-
Lucro bruto		-	-	7.484	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(58)	(40)	(2.369)	(424)
Outras receitas operacionais		-	-	16	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(58)	(40)	5.131	(424)
Receitas financeiras	19	36	-	6.057	7.118
Despesas financeiras	19	(1)	-	(35.069)	(7.888)
Resultado financeiro líquido		35	-	(29.012)	(770)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(24.702)	(1.335)	-	-
Resultado antes dos impostos		(24.725)	(1.375)	(23.881)	(1.194)
Imposto de renda e contribuição social	20	-	-	(844)	(181)
Prejuízo do exercício		(24.725)	(1.375)	(24.725)	(1.375)
Atribuíveis aos:					
Acionistas controladores		(24.725)	(1.375)	(24.725)	(1.375)
Acionistas não controladores		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(24.725)	(1.375)	(24.725)	(1.375)
Hedge de fluxo de caixa	(22.220)	21.401	(22.220)	21.401
Resultado abrangente do exercício	(46.945)	20.026	(46.945)	20.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Capital social						
		Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva de hedge	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 18 de abril de 2024	Nota	-	-	-	-	-	-	-
Reorganização societária	16.c	19.851	-	-	-	19.851	-	19.851
Integralização de capital	16.a	40.498	-	-	-	40.498	-	40.498
Hedge de fluxo de caixa	16.b	-	-	21.401	-	21.401	-	21.401
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.375)	(1.375)	-	(1.375)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		60.349	-	21.401	(1.375)	80.375	-	80.375
Subscrição de capital		22.870	(22.870)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	16.a	177.667	-	-	-	177.667	8.828	186.495
Hedge de fluxo de caixa	16.b	-	-	(22.220)	-	(22.220)	-	(22.220)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(24.725)	(24.725)	-	(24.725)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		260.886	(22.870)	(819)	(26.100)	211.097	8.828	219.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.725)	(1.375)	(23.881)	(1.194)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes das atividades financeiras:				
Resultado de equivalência patrimonial	11	24.702	1.335	-
Baixa de ativo imobilizado	12	-	-	273
Juros sobre financiamentos incorridos	15	-	-	2.869
Custo incorrido de financiamentos	15	-	-	262
Custo de captação de debentures incorridos	15	-	-	6.647
		(23)	(40)	(16.699)
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber		-	-	(8.456)
Impostos a recuperar		-	-	(3.950)
Impostos de renda a recuperar		(2)	-	(4.640)
Adiantamento a fornecedores		-	-	(6.995)
Despesas antecipadas		(1)	-	(5.547)
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores e outras contas a pagar		(6)	8	2.213
Obrigações fiscais		-	-	1.313
Outras contas a pagar		(22)	24	(5.446)
		(54)	(8)	(48.207)
Caixa (consumido nas) / gerado pelas atividades operacionais				
Pagamento de juros de debentures		-	-	(116.575)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(435)
		(54)	(8)	(165.217)
Caixa líquido (consumido nas) / gerado pelas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital nas investidas	11	(177.103)	(40.489)	-
Caixa proveniente de recebimento de investimentos sob controle comum	1.2	-	-	13.656
Aquisição de intangível	13	-	-	(300)
Aquisição ao ativo imobilizado	12	-	-	(1.358.283)
		(177.103)	(40.489)	(1.358.583)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos	15	-	-	970.000
Captação de debentures	15	-	-	1.449.996
Custo de captação de financiamentos	15	-	-	(27.618)
Custo de captação de debentures	15	-	-	(30.300)
Participação de não controladores	11	-	-	8.828
Pagamento de principal de debentures	15	-	-	(1.100.168)
Integralização de capital	16.a	177.667	40.498	177.667
		177.667	40.498	1.448.405
Caixa líquido gerado pelas atividade de financiamento				
Aumento / (Consumo) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa				
		510	1	(75.395)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	1	-	114.720
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	511	1	39.325
		510	1	(75.395)
				114.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional

A Atlas Brasil Energia Holding 7 S.A. (“Companhia” e/ou “Controladora”) é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, 7º andar, conjunto 71, Cidade Monções, São Paulo, capital do estado de São Paulo.

A Companhia tem como controlador integral e final a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Companhia foi constituída em 18 de abril de 2024 com o objetivo de centralizar os projetos e investimentos em fase de desenvolvimento inerentes ao Projeto Draco. As movimentações dos investimentos e passivos a descoberto em suas controladas podem ser observadas na nota explicativa nº 11.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica através dos investimentos nas controladas diretas e indiretas, conforme apresentados nota explicativa nº 2.

1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em R\$ 511 (R\$ 30 negativos em 31 de dezembro de 2024). O Grupo apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 91.319 (positivo em R\$ 53.132 em 31 de dezembro de 2024). No encerramento do exercício de 2025 foi apurado prejuízo no valor de R\$ 24.725 (R\$ 1.375 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a acionista da Companhia poderá transferir recursos de outras partes relacionadas, todas sob o mesmo controle, de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.2 Autorizações para exploração

As controladas indiretas possuem a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos, e atuarão no ambiente de contratação livres. As controladas encontram-se em processo de fechamento contratual para fornecimento da energia gerada.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada indireta:

Usina	Companhia	CEG ANEEL	Período da autorização	Potência (MW)	Ambiente Contratação	Estado	Início da operação comercial
Draco 01	Draco 1 Energia SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049436-4.01	08/06/2022 a 08/06/2057	48,2	ACL	MG	Previsto para 04/02/2026
Draco 02	Draco 2 Energia SPE S.A.	UFV.RS.MG.049437-2.01	08/06/2022 a 08/06/2057	48,2	ACL	MG	Previsto para 04/02/2026
Draco 03	Draco 3 Energia SPE S.A.	UFV.RS.MG.049438-0.01	08/06/2022 a 08/06/2057	48,2	ACL	MG	Previsto para 04/02/2026
Draco 04	Draco 4 Energia SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049439-9.01	08/06/2022 a 08/06/2057	48,2	ACL	MG	Previsto para 08/02/2026
Draco 05	Draco 5 Energia SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049440-2.01	08/06/2022 a 08/06/2057	48,2	ACL	MG	Previsto para 08/02/2026
Draco 06	Draco 6 Energia SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049441 -0.01	08/06/2022 a 08/06/2057	48,2	ACL	MG	Previsto para 04/02/2026
Draco 07	Draco 7 Energia SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049442-9.01	08/06/2022 a 08/06/2057	48,2	ACL	MG	Previsto para 08/02/2026
Draco 08	Draco 8 Energia SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049443-7.01	08/06/2022 a 08/06/2057	48,2	ACL	MG	Previsto para 08/02/2026
Draco 09	Draco 9 Energia SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049444-5.01	08/06/2022 a 08/06/2057	48,2	ACL	MG	Previsto para 08/02/2026
Draco 10	Draco 10 Energia SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049445-3.01	08/06/2022 a 08/06/2057	48,2	ACL	MG	Previsto para 08/02/2026
Draco 11	Draco 11 Energia SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049446-1.01	08/06/2022 a 08/06/2057	24,1	ACL	MG	Previsto para 08/02/2026

1.3 Reorganização societária

a. Incorporação de investimentos – Operação *Drop Down* sob controle comum

Em 31 de julho de 2024, a Companhia, realizou operação de integralização de capital, por meio de conferência de bens, onde, em decorrência da operação a Companhia assumiu o controle da Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A. A operação realizada, teve como efeito o aumento dos investimentos decorrente da transferência do controle da Holding 6 para a Companhia, assim como aumento de capital, no montante de R\$ 19.851, decorrente da operação.

O balanço patrimonial base para a reorganização societária foi de 31 de julho de 2024. Assim, os resultados apurados a partir de 1º de agosto de 2024, fazem parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Contudo, em 31 de dezembro de 2025, não houve qualquer reorganização societária na Companhia. Assim, os resultados apurados a partir de 1º de agosto de 2024 continuam a integrar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia sem alterações estruturais.

Abaixo seguem os acervos patrimoniais aportados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia na reorganização societária:

	Nota	Acervo transferido sob controle comum- 31 de julho de 2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.656
Total do ativo circulante		13.656
Imobilizado	10	8.813
Intangível	11	11.728
Total do ativo não circulante		20.541
Total do ativo		34.197

	Nota	Acervo transferido sob controle comum- 31 de julho de 2024
Passivo		
Fornecedores	12	4.333
Obrigações fiscais		361
Imposto de renda e contribuição social	17	14
Outras contas a pagar	12	4.927
Total do passivo circulante		9.635
Outras contas a pagar		4.711
Total do passivo não circulante		4.711
Patrimônio Líquido		
Acervo patrimonial incorporado	14	19.851
Total do patrimônio líquido		19.851
Total do passivo e patrimônio líquido		34.197

Portanto, a partir de 1º de agosto de 2024, os resultados da investida Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A. passaram a ser reconhecidos pela Companhia.

Como parte do processo de incorporação a Companhia, passou deter o controle indireto nas seguintes Companhias:

	Companhia
Draco Solar Comercializadora Ltda	
Draco 1 Energia SPE Ltda;	
Draco 2 Energia SPE S.A.;	
Draco 3 Energia SPE S.A.;	
Draco 4 Energia SPE Ltda;	
Draco 5 Energia SPE Ltda;	
Draco 6 Energia SPE Ltda;	
Draco 7 Energia SPE Ltda;	
Draco 8 Energia SPE Ltda;	
Draco 9 Energia SPE Ltda;	
Draco 10 Energia SPE Ltda;	
Draco 10 Energia SPE Ltda;	
Draco Conquista Comercializadora Ltda;	
Draco Renovável Comercializadora Ltda;	
Atlas Project Holding 3 Ltda.	

b. Acordo de investimento – novos sócios

- i. Em dezembro de 2025, a controladora Draco Holding Comercializadora S.A., procedeu com o acordo de investimento pela participação societária da investida Draco 2 Energia SPE S.A. referente a 2,75% no montante de R\$ 4.255 com a Cape Igarassu Industria e Comercio de Produtos Químicos Ltda (0,59%), Chlorum Minas Gerais Industria e Comercio de Cloro E Alcalis Ltda. (1,08%) e Chlorum Palmeira Industria e Comercio de Cloro e Alcalis Ltda. (1,08%), totalizando 2,75% do percentual total de participação.
- ii. Em dezembro de 2025, a controladora Draco Holding Comercializadora S.A., procedeu com o acordo de investimento pela participação societária da investida Draco 3 Energia SPE S.A. referente a 1,83% pelo montante de R\$ 2.641 para a Cape Igarassu Industria e Comercio de Produtos Químicos Ltda.

2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas;
- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras da Atlas Brasil Holding 7 S.A. e suas controladas diretas e indiretas, estão listadas a seguir:

Controladas	País	Participação acionária	
		%	
		2025	
		Direta	Indireta
Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A.	Brasil	100%	-
Draco Solar Comercializadora Ltda	Brasil	-	100%
Draco 1 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 2 Energia SPE S.A.;	Brasil	-	97,25%
Draco 3 Energia SPE S.A.;	Brasil	-	98,17%
Draco 4 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 5 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 6 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 7 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 8 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 9 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 10 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 10 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco Conquista Comercializadora Ltda;	Brasil	-	100%
Draco Renovável Comercializadora Ltda;	Brasil	-	100%
Atlas Project Holding 3 Ltda.	Brasil	-	100%

Controladas	País	Participação acionária %	
		2024	
		Direta	Indireta
Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A.	Brasil	100%	-
Draco Solar Comercializadora Ltda	Brasil	-	100%
Draco 1 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 2 Energia SPE S.A.;	Brasil	-	100%
Draco 3 Energia SPE S.A.;	Brasil	-	100%
Draco 4 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 5 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 6 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 7 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 8 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 9 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 10 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco 10 Energia SPE Ltda;	Brasil	-	100%
Draco Conquista Comercializadora Ltda;	Brasil	-	100%
Draco Renovável Comercializadora Ltda;	Brasil	-	100%
Atlas Project Holding 3 Ltda.	Brasil	-	100%

3. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras que são mensuradas a valor justo por meio do resultado. As demonstrações financeiras do Grupo foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 12:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração.
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 12:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Intangível - nota explicativa nº 13:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024;
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 22:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma

maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

c. Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora e Subholdings

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

O imobilizado em andamento registrado pelo Grupo corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas das controladas Boa Sorte. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substâncias de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

O Grupo não possui despesas de depreciação, tendo em vista que as Controladas se encontram em fase pré-operacional.

e. Ativos intangíveis

Inclui os Direitos de Exploração – Outorgas.

Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – *Intangible Assets*, o Grupo deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão, o período da vigência deste direito corresponde ao prazo de autorização da operação, a contar a partir do início da operação comercial, previsto para outubro de 2025.

f. Contabilidade de Hedge (“*hedge accounting*”)

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) com o intuito de proteger os futuros desembolsos para aumento de capital nas controladas necessários para as aquisições de equipamentos para a implementação das usinas fotovoltaicas. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para este fim são Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*).

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, e posteriormente a valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

No início de relacionamento do hedge designado, o Grupo documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração do Grupo monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro não derivativo com risco de moeda estrangeira é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações cambiais é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica AAP (Ajuste de Avaliação Patrimonial), e são limitadas ao índice designado para o item protegido. O Grupo designou a totalidade do valor do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira como instrumento de *hedge*. A parcela efetiva das variações cambiais do instrumento de *hedge* acumuladas em AAP, são reclassificadas para o resultado como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados, no caso, as receitas altamente prováveis afetam o resultado.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se, o instrumento de *hedge* for rescindido, ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

g. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Classificação e mensuração subsequente

1. Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).
- ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender às seguintes condições:

- Instrumentos de dívida: é mantido em modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda; e os fluxos de caixa são apenas principal e juros.
- Instrumentos patrimoniais: pode ser designado, de forma irrevogável, ao VJORA no reconhecimento inicial, desde que não seja mantido para negociação.

2. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

4. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

5. *Ativos financeiros*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

6. *Passivos financeiros*

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

i. *Ativos financeiros não-derivativos*

1. *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou

esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

2. Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7. Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

O IFRS 18 CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades

também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

(c) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro do Grupo.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para o Grupo a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa do Grupo e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** O Grupo e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido do Grupo, consequentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

O Grupo monitora ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada operação da Companhia
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos bancários (a)	88	1	833	3.244
Aplicações financeiras curto prazo (b)	423	-	38.492	111.476
Caixa e equivalentes de caixa	511	1	39.325	114.720

- (a) Inclui depósitos bancários prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação em média de 96,50% do CDI em (99,19% em 31 de dezembro de 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9. Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber de clientes – Receita ACL (a)	8.456	-
Total:	8.456	-

- (a) Refere-se a contas a receber proveniente de receita de teste

10. Adiantamento a fornecedores

	Consolidado	
	2025	2024
Adiantamento a Fornecedores	6.995	-
Adiantamento a Fornecedores	6.995	-

11. Investimentos

Composição do investimento e passivo a descoberto	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado do período (a)	Resultado de equivalência patrimonial	2025
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A.	100%	210.586	(162.787)	(24.702)	210.586
		210.586	(162.787)	(24.702)	210.586
Composição do investimento e passivo a descoberto	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado do período (a)	Resultado de equivalência patrimonial (a)	2024
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A.	100%	80.405	(1.335)	(1.335)	80.405
		80.405	(1.335)	(1.335)	80.405

(a) O resultado do período das investidas compreende os períodos os quais a Companhia assumiu o controle das investidas, conforme apresentados na nota explicativa nº 1.2.

Composição dos investimentos	Part.%	31/12/2024	Aumento de capital	Reserva de hedge	Equivalência patrimonial	31/12/2025
<i>Investimentos em controladas (ii)</i>						
Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A.	100%	80.405	177.103	(22.220)	(24.702)	210.586
Total		80.405	177.103	(22.220)	(24.702)	210.586

Composição dos investimentos	Part. %	18/04/2024	Recebimento de investimentos 31/07/2024 (i)	Aumento de capital	Reserva de hedge	Equivalência patrimonial	31/12/2024
<i>Investimentos em controladas (ii)</i>							
Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A	100%	-	19.851	40.489	21.401	(1.335)	80.405
Total		-	19.851	40.489	21.401	(1.335)	80.405

- i. Em 31 de julho de 2024, em decorrência do processo de reorganização societária sob controle comum, a Companhia passou a deter o controle da Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A., decorrente da operação de reorganização societária realizada, conforme descrito na nota explicativa número 1.2.a.

12. Imobilizado em andamento

Custo de aquisição:	31/12/2024	Adições	Juros capitalizados (iii)	Baixa	Cessão onerosa (ii)	31/12/2025
Imobilizado em andamento (i)	227.401	1.379.205	138.086	(273)	23.280	1.767.698
Total do imobilizado	227.401	1.379.205	138.086	(273)	23.280	1.767.698

- i. Refere-se a imobilizado em andamento para implementação do parque fotovoltaico.
- ii. Refere-se à custos compartilhados de construção do imobilizado em andamento prestado pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. para as SPEs do Grupo.
- iii. Refere-se a capitalização de juros líquidos de suas respectivas receitas financeiras, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 nos montantes de R\$ 113.707 de debentures, R\$ 45.301 de financiamentos e R\$ 20.922 (negativo) de receita financeira.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 5.d, o Grupo não reconheceu em 31 de dezembro de 2025 despesas com depreciação, tendo em vista que se encontra em construção.

Com base em fatores internos e externos, a Administração do Grupo não identificou qualquer fator que pudesse indicar perda do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2025.

13. Intangível

Custo	2025	2024
Direito de exploração (outorgas)	12.006	11.766
Total	12.006	11.766

Direito de geração de energia fotovoltaica

Em 09 de fevereiro de 2024 o Grupo realizou a compra de outorgas obtidas pela Shell do Brasil Ltda., de modo a possibilitar a exploração de energia fotovoltaica. Desta forma, a obtenção de tais licenças exploração e mediante a aplicação da política descrita na nota explicativa nº 5.e, o Grupo reconheceu ativo intangível adquirido no montante de R\$ 11.766. Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa registrou complemento de preço de R\$ 300 e o valor atualizado do ativo intangível é de R\$ 12.066, conforme movimentação detalhada abaixo:

Descrição do intangível	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Outorga – Draco 1 a 11	11.766	300	12.066
Total do intangível	11.766	300	12.066

O Grupo avaliou que em 31 de dezembro de 2025 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu intangível.

14. Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contratação de serviços e materiais (a)	2	8	86.994	84.583
Compra de energia	-	-	663	-
Fornecedores – partes relacionadas (b)	-	-	22.419	-
Total de fornecedores	2	8	110.076	84.583
Outras contas a pagar (c)	1	23	2.060	300
Aquisição de outorga	-	-	-	7.206
Total outras contas a pagar	1	23	2.060	7.506
Total fornecedores e outras contas a pagar	3	31	112.136	92.089

- (a) Os saldos de serviços e materiais a pagar referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção das Usinas Fotovoltaicas nas Companhias controladas.
- (b) Refere-se a custos compartilhados de construção do ativo imobilizado, conforme detalhado nas notas explicativa nº 12 e 21.
- (c) Refere-se a serviços de auditoria.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 22.

15. Financiamentos e debentures

Debentures	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Notas comerciais com garantia real		
Saldo inicial	202.449	-
Debentures tomados (principal)	1.449.996	200.000
Pagamento de principal	(1.100.168)	-
Pagamento de juros	(116.575)	-
Custo de captação	(30.300)	(440)
Custo de captação incorrido no período	6.647	20
Juros incorridos no período	151.995	2.869
Saldo final	564.044	202.449
Circulante	-	-
Não circulante	564.044	202.449

Em 01 de novembro de 2024, o Grupo realizou a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, os coordenadores da oferta foram o Banco Bradesco S.A. e Banco Santander S.A., para distribuição pública, pelo rito de registro automático, no volume de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas

fotovoltaicas, com prazo de vencimento em 18 meses, remunerada a 100% da taxa DI, acrescido de sobretaxa de 2.35% ao ano.

Em 21 de Novembro de 2024, foram integralizados R\$ 200.000, sendo um volume a integralizar remanescente de R\$ 800.000 e foram totalmente liquidadas em 2025.

Em 15 de agosto de 2025, a investida direta Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A. realizou a 1ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 650 milhões, divididos em duas séries, com vencimento final em 31 de julho de 2028 e pagamentos de juros semestrais. As debêntures são remuneradas à taxa CDI acrescida de spread de 1,55% ao ano para a 1ª série e 4,50% ao ano para a segunda série. Os recursos captados destinam-se à capitalização da Draco Holding Comercializadora para investimentos no Projeto Draco.

Financiamentos	Consolidado
	2025
Notas comerciais com garantia real	
Saldo inicial	-
Financiamentos tomados (principal)	970.000
Pagamento de principal	-
Pagamento de juros	-
Custo de captação	(27.618)
Custo de captação incorrido no período	263
Juros incorridos no período	7.013
	<hr/>
Saldo final	949.657
	<hr/>
Circulante	44.760
Não circulante	904.898

O Grupo, obteve financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para a construção de plantas fotovoltaicas, com um total de crédito de R\$ 990.000, dos quais R\$ 970.000 foram desembolsados pelo Banco em 12/2025 e R\$ 20.000 ainda estão pendentes, em duas tranches: uma, com recursos do FINEM, e a outra, com recursos do Fundo Clima. O prazo do financiamento é até junho de 2049 para a tranche do FINEM e junho de 2041 para a tranche do fundo clima, com pagamentos trimestrais de juros e pagamento inicial em junho de 2026 e possuem remuneração atrelada ao IPCA + 9,43% a.a. para a tranche de R\$ 480.150 e 11,24% a.a. para a tranche de 489.850. Os recursos foram em parte utilizados para amortizar a Bridge Loan existente anteriormente na investida Draco Holding Comercializadora S.A.

Consolidado de debentures e financiamentos	2025
Vencimento em:	
2026	-
2027	66.770
2028	66.770
2029	66.770
2030	66.770
2031 até 2049	1.201.862
	<hr/>
	1.468.942
	<hr/> <hr/>

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da debênture captada, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o agente fiduciário a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 238.016 (R\$ 60.349 em 31 de dezembro de 2024), representado por 238.016 ações (60.349 ações em 31 de dezembro de 2024), nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, totalmente integralizadas pela controladora GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Companhia realizou as seguintes movimentações de capital durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, conforme atos societários a seguir:

A Companhia integralizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 capital social no montante de R\$ 177.667 (R\$ 40.498 em 31 de dezembro de 2024), mediante transferência bancária realizadas pelas acionistas. mediante transferência bancária realizadas pelas acionistas. Adicionalmente, a companhia subscreveu capital social de R\$ 22.870.

b. Hedge de fluxo de caixa – Reserva de hedge

A Companhia reconhece em Outros Resultados Abrangentes, as variações cambiais, líquidas dos efeitos fiscais, decorrentes do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira designados como hedge de fluxo de caixa. As operações de hedge representam em 31 de dezembro de 2025 o saldo acumulado de perdas no montante de R\$ 22.220 (ganho no montante de R\$ 21.401 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 16. As variações cambiais do instrumento de hedge designado, serão reconhecidas no patrimônio líquido até o momento em que o objeto de hedge, sejam realizados. O saldo de reserva de hedge em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 819 negativos (R\$ 21.401 positivos em 31 de dezembro de 2024).

c. Reorganização societária sob controle comum – Incorporação Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A.

Conforme alteração contratual realizada em 16 de setembro de 2024, em que aprovou a operação de reorganização societária por meio de transferência por valor de livros das investidas da controladora Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A. O acervo líquido aportado decorrente da operação realizada, estão demonstrados na nota 1.2.

d. Participação de não controladores

Durante o exercício de 2025, a controlada Draco Holding Comercializadora S.A. negociou partes das quotas de suas controladas Draco Energia 2 SPE S.A. e Draco Energia 3 SPE S.A. junto a Cape Igarassu Industria e Comercio de Produtos Químicos Ltda., Chlorum Minas Gerais Industria e Comercio de Cloro E Alcalis Ltda. e Chlorum Palmeira Industria e Comercio de Cloro e Alcalis Ltda. Desta as respectivas Empresas aportaram o montante de R\$ 8.828. (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

17.Receita operacional líquida

A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado	
	2025	2024
Receita contrato de energia (ACL) – (a)	8.456	-
Receita bruta total	8.456	-
Impostos sobre venda	(309)	-
Total da receita operacional líquida	8.147	-

(a) Refere-se a receita de teste

18.Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	2025	2024
Custos do serviço de energia elétrica		
Compra de energia	(663)	-
Total	(663)	-

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Contabilidade e auditoria	(51)	(36)	(1.176)	(253)
Serviços técnicos	-	-	(2)	2
Assessoria e advogados	(5)	(4)	(134)	(103)
Impostos e taxas	(2)	-	(1.057)	(70)
Total	(58)	(40)	(2.369)	(424)

19. Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	36	-	2.068	2.293
Ganhos com derivativos financeiros	-	-	3.989	4.825
	36	-	6.057	7.118
Despesa financeira				
Carta de crédito e despesas bancárias	(1)	-	(2.205)	(5.000)
Juros sobre debentures	-	-	-	(2.868)
Despesa financeira derivativo	-	-	(25.955)	-
Custo incorrido de financiamentos	-	-	(262)	-
Custo de captação de debentures incorridos	-	-	(6.647)	(20)
Total	(1)	-	(35.069)	(7.888)
Resultado financeiro, líquido	35	-	(29.012)	(770)

Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado corresponde ao período de 17 de abril de 2024 a 31 de dezembro de 2024, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O resultado consolidado compreende o período de agosto a dezembro de 2025, conforme descrito na nota explicativa nº 1.3

20. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 o montante a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 402 (R\$ 55 em 31 de dezembro de 2024).

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do período - controladora

	Controladora
	2025
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(24.725)
Resultado de equivalência patrimonial	24.702
Base de cálculo	(23)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%

	Controladora
	2024
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(1.375)
Resultado de equivalência patrimonial	1.335
Base de cálculo	(40)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%

A Companhia em 31 de dezembro de 2025 possui um saldo de relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 63 (R\$ 40 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia não tem expectativa de geração de lucro tributável, conseqüentemente não reconhece ativo fiscal diferido.

b. Valores reconhecidos no resultado do exercício – investidas

Apuração pelo lucro presumido

	2025	2024
Receita bruta	8.456	-
Presunção do imposto de renda – 8%	676	-
Presunção da contribuição social – 12%	1.013	-
Demais receitas – (a)	2.216	754
Base de cálculo do IRPJ (a)	2.892	754
Imposto de renda a alíquota de 15%	(435)	(115)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(118)	-
Total IRPJ	(552)	(113)
Base de cálculo da CSLL (a)	3.229	754
Contribuição social a alíquota de 9%	(292)	(68)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(844)	(181)
Alíquota efetiva (*)	8%	24%

c. Valores não reconhecidos no resultado do exercício – Impostos diferido decorrente de instrumentos derivativos

	Controladora e consolidado
	2025
Hedge de fluxo de caixa	1.241
Total	1.241
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social diferidos	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(422)

	Controladora e consolidado
	2024
Hedge de fluxo de caixa	32.426
	-
Total	32.426
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social diferidos	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(11.025)

21. Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A Companhia tem como controlador integral e final a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários, benefícios monetários e bônus. Para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram pagos a títulos de salários e bônus o montante de R\$ 3.617 (R\$ 3.603 em 31 de dezembro de 2024) pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A e compreende todas as empresas do Grupo Atlas.

c. Abaixo são demonstrados os saldos com partes relacionadas

<u>Consolidado</u>	Contas a pagar	
	2025	2024
<i><u>(i) Operações com partes relacionadas – Nacional</u></i>		
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	22.419	-
Total	22.419	-

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Classificação dos instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado	
		2025 – Valor contábil		2025 – Valor contábil	
		Nota	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	423	88	38.492	833
Contas a receber	9	-	-	-	8.456
		-	-	-	-
		423	88	38.492	9.289
Passivos					
Fornecedores	14	-	2	-	110.076
Financiamento	15	-	-	-	1.513.702
Derivativos a pagar		-	-	-	1.241
Outras contas a pagar	14	-	1	-	2.060
Total		-	3	-	1.625.838

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	1	111.476	3.244
Derivativos financeiros ativos	22	-	-	32.426	-
		<u>-</u>	<u>1</u>	<u>143.902</u>	<u>3.244</u>
Passivos					
Fornecedores	14	-	8	-	84.583
Financiamento	15	-	-	-	202.449
Outras contas a pagar	14	-	23	-	7.506
Total		<u>-</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>294.538</u>

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível	2025 Controladora		2025 Consolidado	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
		Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	511	511	39.325	39.325
Contas a receber		-	-	8.456	8.456
Total		<u>511</u>	<u>511</u>	<u>47.781</u>	<u>47.781</u>

Passivo					
Fornecedores	Nível 2	2	2	110.076	110.076
Financiamento	Nível 2	-	-	1.513.702	1.513.702
Outras contas a pagar	Nível 2	1	1	2.060	2.060
Total		<u>3</u>	<u>3</u>	<u>1.625.838</u>	<u>1.625.838</u>

	Nível	2024 Controladora		2024 Consolidado	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
		Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1	1	114.720	114.720
Derivativos financeiros ativos	Nível 2	-	-	32.426	32.426
Total		<u>1</u>	<u>1</u>	<u>147.146</u>	<u>147.146</u>

Passivo					
Fornecedores	Nível 2	-	8	-	84.583
Financiamento	Nível 2	-	23	-	202.449
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	-	7.506
Total		<u>-</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>294.538</u>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

i. Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

a) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia constituiu um hedge em Reais do Brasil (BRL) por meio de (NDF) *Non-deliverable Forwards*.

A Companhia possui compromissos financeiros com suas controladas para prover recursos, objetivando que suas controladas liquidem suas obrigações referentes à compra de ativo imobilizado a moeda estrangeira. O repasse dos recursos financeiros para as controladas da Companhia se dará por meio de aporte de capital. Com o intuito de proteger o caixa da Companhia das oscilações da moeda estrangeira, mantém operações com derivativos por meio de *Non-deliverable Forwards* (NDF). Abaixo são demonstradas as respectivas operações com NDFs:

Operação Contratada	Contrato a Termo – NDF	Valor de referência		Valor justo		Vencimento (Mês/Ano)
		31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	Efeito acumulado a receber / (pagar) (**)	
		<i>Em USD</i>	<i>Em R\$ (*)</i>	<i>Em R\$</i>	<i>Em R\$</i>	
(i) Ganhos com derivativos						
39120770.23	Termo líquido	51	314	314	32	jan-26
39120776.23	Termo líquido	51	315	313	32	jan-26
39120789.23	Termo líquido	51	315	313	32	jan-26
39120790.23	Termo líquido	51	316	312	32	jan-26
39120791.23	Termo líquido	51	316	312	32	jan-26
39120793.23	Termo líquido	51	317	312	32	fev-26
39120794.23	Termo líquido	51	317	311	32	fev-26
39120795.23	Termo líquido	51	317	311	31	fev-26
39120811.23	Termo líquido	51	318	310	32	fev-26
39120809.23	Termo líquido	26	159	155	16	mar-26
39120796.23	Termo líquido	539	3.356	3.241	323	mar-26
20241106008707	Termo líquido	51	314	313	31	jan-26
20241106008708	Termo líquido	51	314	313	31	jan-26
20241106008709	Termo líquido	51	315	312	31	jan-26
20241106008710	Termo líquido	51	315	312	32	jan-26
20241106008711	Termo líquido	51	316	312	31	jan-26
20241106008712	Termo líquido	51	316	311	32	fev-26
20241106008713	Termo líquido	51	316	311	31	fev-26
20241106008714	Termo líquido	51	317	310	31	fev-26
20241106008715	Termo líquido	51	317	310	31	fev-26
20241106008716	Termo líquido	26	159	155	16	mar-26
20241106008717	Termo líquido	539	3.351	3.236	318	mar-26
Total				12.399	1.241	
Imposto de renda e contribuição social diferidos					(422)	
Efeito líquido em outros resultados abrangentes (***)					819	

Atlas Brasil Energia Holding 7 S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Operação Contratada	Contrato a Termo – NDF	Valor de referência		Valor justo		Vencimento (Mês/Ano)
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	Efeito acumulado a receber / (pagar) (**)	
		Em USD	Em R\$ (*)	Em R\$	Em R\$	
(i) Ganhos com derivativos						
20241106008671	Termo líquido	1.914	11.830	10.930	900	jan-25
20241106008672	Termo líquido	2.826	17.433	16.117	1.316	jan-25
20241106008673	Termo líquido	53	326	301	25	jan-25
20241106008674	Termo líquido	53	325	300	25	jan-25
20241106008675	Termo líquido	65	401	370	31	jan-25
20241106008676	Termo líquido	38	234	216	18	fev-25
20241106008677	Termo líquido	641	3.883	3.584	299	abr-25
20241106008678	Termo líquido	641	3.883	3.579	304	mai-25
20241106008679	Termo líquido	641	3.873	3.575	298	mai-25
20241106008680	Termo líquido	650	3.927	3.618	308	mai-25
20241106008681	Termo líquido	1.061	6.404	5.900	503	mai-25
20241106008682	Termo líquido	1.061	6.399	5.891	509	mai-25
20241106008683	Termo líquido	1.059	6.363	5.864	500	jun-25
20241106008684	Termo líquido	1.067	6.414	5.905	509	jun-25
20241106008685	Termo líquido	1.072	6.441	5.923	518	jun-25
20241106008686	Termo líquido	1.494	8.959	8.235	725	jun-25
20241106008687	Termo líquido	1.494	8.940	8.225	715	jul-25
20241106008688	Termo líquido	1.853	11.057	10.184	873	jul-25
20241106008689	Termo líquido	1.857	11.075	10.180	895	jul-25
20241106008690	Termo líquido	1.861	11.081	10.179	902	jul-25
20241106008691	Termo líquido	1.861	11.075	10.163	912	ago-25
20241106008692	Termo líquido	1.861	11.036	10.142	894	ago-25
20241106008693	Termo líquido	1.861	11.043	10.125	919	ago-25
20241106008694	Termo líquido	549	3.250	2.984	266	ago-25
20241106008695	Termo líquido	857	5.068	4.644	424	ago-25
20241106008696	Termo líquido	780	4.599	4.217	382	set-25
20241106008697	Termo líquido	685	4.024	3.696	329	set-25
20241106008698	Termo líquido	487	2.868	2.624	244	set-25
20241106008699	Termo líquido	308	1.809	1.654	154	set-25
20241106008700	Termo líquido	308	1.805	1.651	154	out-25
20241106008701	Termo líquido	308	1.797	1.647	150	out-25
20241106008702	Termo líquido	308	1.798	1.643	155	out-25
20241106008703	Termo líquido	308	1.791	1.639	152	out-25
20241106008704	Termo líquido	308	1.791	1.635	156	out-25
20241106008705	Termo líquido	154	893	816	77	nov-25
20241106008706	Termo líquido	51	294	267	26	dez-25
20241106008707	Termo líquido	51	293	267	27	jan-26
20241106008708	Termo líquido	51	292	266	26	jan-26
20241106008709	Termo líquido	51	292	265	26	jan-26
20241106008710	Termo líquido	51	290	264	26	jan-26
20241106008711	Termo líquido	51	290	264	27	jan-26
20241106008712	Termo líquido	51	289	263	26	fev-26
20241106008713	Termo líquido	51	288	262	26	fev-26
20241106008714	Termo líquido	51	288	262	27	fev-26
20241106008715	Termo líquido	51	288	261	27	fev-26
20241106008716	Termo líquido	26	143	130	13	mar-26
20241106008717	Termo líquido	539	2.992	2.708	284	mar-26
39120155.23	Termo líquido	1.914	11.830	10.931	899	jan-25
39120160.23	Termo líquido	2.826	17.433	16.119	1.314	jan-25
39120161.23	Termo líquido	53	326	301	25	jan-25
39120162.23	Termo líquido	53	325	300	25	jan-25
39120163.23	Termo líquido	65	401	370	30	jan-25
39120716.23	Termo líquido	38	234	217	18	fev-25
39120713.23	Termo líquido	641	3.883	3.587	296	abr-25
39120720.23	Termo líquido	641	3.883	3.582	301	mai-25
39120723.23	Termo líquido	641	3.873	3.577	295	mai-25
39120724.23	Termo líquido	650	3.927	3.621	306	mai-25
39120725.23	Termo líquido	1.061	6.404	5.905	499	mai-25

Atlas Brasil Energia Holding 7 S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Operação Contratada	Contrato a Termo – NDF	Valor de referência		Valor justo		Vencimento (Mês/Ano)
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	Efeito acumulado a receber / (pagar) (**)	
		Em USD	Em R\$ (*)	Em R\$	Em R\$	
(i) Ganhos com derivativos						
39120729.23	Termo líquido	1.061	6.399	5.895	504	mai-25
39120731.23	Termo líquido	1.059	6.363	5.868	495	jun-25
39120730.23	Termo líquido	1.067	6.414	5.905	509	jun-25
39120726.23	Termo líquido	1.072	6.441	5.927	514	jun-25
39120728.23	Termo líquido	1.494	8.959	8.242	718	jun-25
39120727.23	Termo líquido	1.494	8.940	8.233	707	jul-25
39120732.23	Termo líquido	1.853	11.057	10.194	863	jul-25
39120738.23	Termo líquido	1.857	11.075	10.191	884	jul-25
39120734.23	Termo líquido	1.861	11.081	10.190	891	jul-25
39120740.23	Termo líquido	1.861	11.075	10.175	900	ago-25
39120746.23	Termo líquido	1.861	11.036	10.154	882	ago-25
39120754.23	Termo líquido	1.861	11.043	10.137	907	ago-25
39120755.23	Termo líquido	549	3.250	2.987	262	ago-25
39120756.23	Termo líquido	857	5.068	4.649	419	ago-25
39120757.23	Termo líquido	780	4.599	4.222	377	set-25
39120758.23	Termo líquido	685	4.024	3.700	324	set-25
39120762.23	Termo líquido	487	2.868	2.627	241	set-25
39120764.23	Termo líquido	308	1.809	1.656	153	set-25
39120767.23	Termo líquido	308	1.805	1.653	152	out-25
39120763.23	Termo líquido	308	1.797	1.649	148	out-25
39120765.23	Termo líquido	308	1.798	1.645	153	out-25
39120766.23	Termo líquido	308	1.791	1.641	150	out-25
39120768.23	Termo líquido	308	1.791	1.637	154	out-25
39120769.23	Termo líquido	154	893	817	76	nov-25
39120777.23	Termo líquido	51	294	268	26	dez-25
39120770.23	Termo líquido	51	293	267	26	jan-26
39120776.23	Termo líquido	51	292	266	26	jan-26
39120789.23	Termo líquido	51	292	266	26	jan-26
39120790.23	Termo líquido	51	290	265	26	jan-26
39120791.23	Termo líquido	51	290	264	26	jan-26
39120793.23	Termo líquido	51	289	263	26	fev-26
39120794.23	Termo líquido	51	288	263	25	fev-26
39120795.23	Termo líquido	51	288	262	26	fev-26
39120811.23	Termo líquido	51	288	261	27	fev-26
39120809.23	Termo líquido	26	143	130	13	mar-26
39120796.23	Termo líquido	539	2.992	2.712	280	mar-26
	Termo líquido				380	
Total				367.826	32.046	
	Imposto de renda e contribuição social diferidos				(11.025)	
	Efeito líquido em outros resultados abrangentes (***)				21.401	

(*) Com base no valor a termo

(**) Com base no valor justo

(***) Reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de Reservas de *hedge* líquidas dos ganhos, perdas, e efeitos fiscais. Os respectivos valores quando realizados não irão afetar o resultado. Serão reclassificados para o ativo não circulante, na rubrica de investimento em controladas.

b) Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Caixas e equivalentes de caixa	511	39.325
Total transações no resultado	511	39.325
	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Caixas e equivalentes de caixa	1	114.720
Instrumentos derivativos ativos	-	32.426
Total transações no resultado	1	147.146

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Por encontrar-se em fase pré-operacional a Companhia e suas controladas não apresentam exposição a tal risco. Adicionalmente, de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha, priorizando investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

Controladora
31 de dezembro de 2025

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	3	3	3	-	-	-
	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Controladora
31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	31	31	31	-	-	-
	<u>31</u>	<u>31</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Consolidado
31 de dezembro de 2025

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos	1.513.702	2.887.822	107.577	367.002	687.326	1.725.917
Fornecedores e outras contas a pagar	112.136	112.136	112.136	-	-	-
	<u>1.625.838</u>	<u>2.999.958</u>	<u>219.713</u>	<u>367.002</u>	<u>687.326</u>	<u>1.725.917</u>

Consolidado
31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos	202.449	202.449	-	202.449	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	92.089	92.089	87.285	4.804	-	-
	<u>294.538</u>	<u>294.538</u>	<u>87.285</u>	<u>207.253</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(ii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iii) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial proveniente dos compromissos em aportar recursos à suas controladas referentes as aquisições de ativo imobilizado para a implementação das usinas de geração. O risco deriva das oscilações entre o Real (R\$) versus Dólar Norte Americano (USD).

A política de gestão de risco cambial da Companhia é fazer a proteção de 100% da sua exposição esperada em moeda estrangeira, em relação aos seus compromissos futuros. A Companhia utiliza contratos a termo de moeda *NDF (Non Deliverable Forward)*, para se proteger. Os compromissos futuros atrelados à moeda estrangeira têm seus vencimentos iniciando em novembro de 2024 e terminando em março de 2026.

O quadro abaixo demonstra a exposição da Companhia atrelada ao risco cambial em 31 de dezembro de 2025.

31/12/2025 - Consolidado	<i>Risco cambial atrelado ao USD</i>			
	Até 1 ano em USD	Até 1 ano em BRL	Maior que 1 ano em USD	Maior que 1 ano em BRL
Contratos futuros utilizados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa (*)	2.048	12.077	-	-
Exposição líquida	2.048	12.077	-	-

*NDFs designadas como *hedge* de fluxo de caixa com base no valor justo cotado em 31 de dezembro de 2025.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Controladora			Variação	Cenário	Sensibilidade		
Variação das taxas de juros e índices			31/12/2025	Provável	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices							
CDI (a)			15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%
Risco de aumento (passivo)		Índice	Saldos em	Sensibilidade			
			31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%
				Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	<u>423</u>	<u>475</u>	<u>65</u>	<u>78</u>	<u>(65)</u>	<u>(78)</u>
Consolidado			Variação	Cenário	Sensibilidade		
Variação das taxas de juros e índices			31/12/2025	Provável	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices							
CDI (a)			15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%
Risco de aumento (passivo)		Índice	Saldos em	Sensibilidade			
			31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%
				Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 50%
Financiamentos	CDI	<u>1.513.702</u>	<u>1.699.130</u>	<u>231.786</u>	<u>278.143</u>	<u>(231.786)</u>	<u>(278.143)</u>
Total		<u>1.513.702</u>	<u>1.699.130</u>	<u>231.786</u>	<u>278.143</u>	<u>(231.786)</u>	<u>(278.143)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	<u>38.492</u>	<u>43.207</u>	<u>5.894</u>	<u>7.073</u>	<u>(5.894)</u>	<u>(7.073)</u>

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Boletim Focus

23. Contingências

O Grupo não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda provável e possível em 31 de dezembro de 2025.

24. Demonstração dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Controladora	Consolidado
Nota	2025	2025
Instrumentos derivativos ativos	33.667	-
Tributos diferidos	(11.447)	-
Hedge de fluxo de caixa	16 (22.220)	(22.220)
Fornecedores	14 23.279	23.279
Aquisição de imobilizado	12 (23.279)	(23.279)

	Nota	Controladora 2024	Consolidado 2024
<i>Incorporação (i)</i>			
Fornecedores	12	-	4.333
Obrigações fiscais		-	361
Outras contas a pagar	12	-	9.638
Imposto de renda e contribuição social	17	-	14
Investimentos em controladas	9	(19.851)	-
Aquisição de imobilizado	10	-	(8.813)
Aquisição de intangível	11	-	(11.728)
Aumento de capital social por meio de incorporação (i)	14	19.851	19.851
Caixa proveniente da transferência		-	13.656
Instrumentos derivativos ativos	19	-	(32.426)
Tributos diferidos	17	-	11.025
Hedge de fluxo de caixa	14	-	21.401
Contas a pagar	12	-	7.206
Fornecedores	12	-	80.234
Aquisição de intangível	11	-	(7.206)
Aquisição de imobilizado	10	-	(80.234)

(i) Incorporação de cisão parcial realizada, conforme apresentados na nota explicativa nº 1.2.

25. Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029	Acima de 2030	Total
TUST/TUSD (a)	3.084	3.098	2.827	2.751	123.351	135.111
Seguros e garantias (b)	400	416	431	446	19.936	21.629
Contratos de (O&M) (c)	803	858	961	994	36.493	40.109
Arrendamento (d)	269	279	290	301	14.186	15.325
Outros (e)	57	30	70	47	25.442	25.646
Total	4.613	4.681	4.579	4.539	219.408	1.820

(a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2026 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

(b) Seguros e garantias

A Companhia possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

(c) Compra de energia

A Companhia estima que terá gastos necessários de compra de energia para cumprir contratos com seus clientes, antes do início da operação.

(d) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

(e) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

(f) Outros

A Companhia possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *